

**ARTIGO** <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5626>**CONCEPÇÃO DE TRABALHO EM MARX: A QUESTÃO DA LUTA DE CLASSES**

DESIGN OF WORK ON MARX: THE ISSUE OF CLASS STRUGGLE

CONCEPCIÓN DE TRABAJO EN MARX: LA CUESTIÓN DE LA LUCHA DE CLASES

*Selson Garutti*

Rede do Estado do Paraná (SEED-PR) – Brasil

*Rafael Pires Machado*

Rede do Estado do Paraná (SEED-PR) – Brasil

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo compreender a luta de classe, dentro da categoria Trabalho em Marx e sua atualidade no estágio do capitalismo atual, marcada pela exploração do homem pelo homem. Essa análise é de cunho bibliográfico e recorrerá principalmente a dois autores marxistas brasileiros que tratam da questão do trabalho: Antunes (1995) e Lessa (2012). Além disso, analisa-se o conceito fundante de trabalho para Marx, o processo da organização proletária para impulsionar a luta de classe na atualidade e os embates necessários da organização operária para a ruptura com o Capital e o modo de produção vigente. Nesse sentido, analisam-se duas obras de Marx: “O Manifesto do Partido Comunista” (2007) e “Trabalho Assalariado e Capital” (1980), para fundamentar a questão da identidade de classe, dentro da fragmentação do trabalho na atualidade, que tenta mascarar o processo da luta de classe e a tomada do poder do proletário, que apenas vende sua força de trabalho para conseguir garantir sua subsistência.

**Palavras chave:** Trabalho; Luta de Classes; Marx.

**Abstract:** The purpose of this study is to understand the class struggle, within the category Work in Marx and its actuality in the stage of current capitalism, marked by the exploitation of man by the man. This analysis nature's is bibliography and will mainly appeal to two Brazilian Marxist authors dealing with the issue of work: Antunes (1995) and Lessa (2012). In addition, this work analyze the foundational concept of labor for Marx, the process of proletarian organization to push the class struggle in the present and the necessary clashes of the workers' organization for the rupture with Capital and the current mode of production. In this sense, two works by Marx are analyzed: "Manifesto of the Communist Party" (2007) and "Wage Labour and Capital" (1980), to substantiate the question of class identity within the fragmentation of labor in contemporaneity, which attempts to mask the process of class struggle and the seizure of power from the proletariat, who only sells its labor force to ensure its subsistence.

**Keywords:** Work; Labor Class struggle; Marx.

**Resumen:** El presente estudio tiene por objetivo comprender la lucha de clase, dentro de la categoría Trabajo en Marx y su actualidad en el estadio del capitalismo actual, marcada por la explotación del

hombre por el hombre. Este análisis es de cuño bibliográfico y recurrirá principalmente a dos autores marxistas brasileños que tratan de la cuestión del trabajo: Antunes (1995) y Lessa (2012). Además, se analiza el concepto fundante de trabajo para Marx, el proceso de la organización proletaria para impulsar la lucha de clase en la actualidad y los embates necesarios de la organización obrera para la ruptura con el Capital y el modo de producción vigente. En ese sentido, se analizan dos obras de Marx: "El Manifiesto del Partido Comunista" (2007) y "Trabajo asalariado y capital" (1980), para fundamentar la cuestión de la identidad de clase, dentro de la fragmentación del trabajo en la actualidad, que intenta enmascarar el proceso de la lucha de clases y la toma del poder del proletario, que sólo vende su fuerza de trabajo para conseguir garantizar su subsistencia.

**Palabras clave:** Trabajo; Lucha de Clases; Marx.

## 1. Introdução

Analisar a categoria “Trabalho” na teoria marxista em suas subdivisões históricas, iniciando pela análise do conceito clássico de Marx, o “Trabalho Universal” e aprofundar, no modo capitalista o “Trabalho Abstrato”. O foco é o percurso histórico do desenvolvimento social do trabalho que permitiu o surgimento do proletário como mercadoria na divisão social do mesmo e de classes entre burguesia e o proletariado.

Na luta de classes, essas duas camadas da sociedade, fundadas na categoria do trabalho, disputam o poder por interesses antagônicos e essa correlação de forças se apresenta ora de forma transparente e aberta; ora de forma camuflada e “amigável”, dependendo das relações existentes entre: Governo-Estado, Capital e Trabalho.

Em outras palavras, essa análise é conduzida do todo para as partes, iniciando da questão ampla do trabalho, até chegar de forma mais direta na luta de classe que ocorre dentro do modo de produção vigente. Nesse modo de produção, o proletário tenta uma ruptura com o sistema capitalista, através da coletividade dos meios de produção, enquanto a burguesia quer a manutenção da ordem e seus privilégios de classe, no qual os meios de produção são exclusivos dela.

Nesse sentido, compreender a luta de classe dentro da categoria “trabalho” em Marx e sua atualidade no estágio do capitalismo atual, no qual, cada vez mais, a ampliação das desigualdades entre esses dois polos. Esse antagonismo é de fundamental importância na luta contra-hegemônica e para que as próximas transformações sociais sejam favoráveis aos oprimidos, aos dominados que não têm outra saída, que não a sua organização como classe revolucionária, que lutam por um mundo justo e humano, no qual os bens produzidos pela humanidade sejam distribuídos de forma igual.

## 2. Categoria “trabalho” em Marx

Essa análise tem início com o conceito amplo de Marx para a categoria “Trabalho”, a fim de ter uma noção da perspectiva “Trabalho” na sociedade capitalista e a importância da tomada desse conceito. Na gênese para transformar as relações existentes no modo de produção. Para Tonet (2012):

Entendemos baseados em Marx, que o ato fundante da existência humana é o trabalho. Tanto porque é por seu intermédio que se dá a passagem do ser natural ao ser social, quanto porque ele será sempre a base a partir da qual se constrói a totalidade da realidade social. E trabalho, em seus elementos essenciais, é um composto de teleologia (finalidade consciente) e causalidade (a natureza, com suas leis próprias). A articulação entre estes dois elementos, através da atividade prática, é que dá origem a uma realidade não mais natural, mas social. (TONET, 2012, p. 16-17).

Através das palavras de Ivo Tonet (2012), verifica-se que o trabalho é uma atividade que ocorre de uma ação consciente do homem (teleologia) sobre a natureza (causalidade), sem deixar de considerar que o homem transforma a natureza para garantir os meios necessários a sua sobrevivência. Além disso, é, a partir dessa relação, que se pode construir a totalidade da realidade social, das relações de produção entre os homens que integram a sociedade atual.

Para os autores marxistas Tonet (2012); Lessa (2012); Barradas (2014); Bertoldo (2015), a categoria trabalho acaba sendo feita de forma a subdividir em várias categorias, já que “[...] o estudo da categoria trabalho a partir da perspectiva da ontologia de Marx não é tarefa fácil, pois se trata de um objeto complexo e amplo, requerendo uma delimitação e uma precisão dos nossos pontos de partida e de chegada”. (BERTOLDO, 2015, p. 79).

Nessa linha de Bertoldo (2015), o ponto de partida da análise, vai ser o seu conceito mais amplo de Trabalho para Marx e Engels (2004), que acaba sendo uma análise específica do homem com a natureza, sem tornar o homem um objeto ou produto do mercado. Ao contrário, é a sua ação consciente de transformação que o liga como sujeito capaz de modificar a história, tornando-o diferente dos demais animais.

Nas palavras de Marx e Engels (2004):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzirem, indiretamente, sua própria vida. (MARX; ENGELS, 2004, p. 44, grifos do autor).

Como ponto de chegada desse artigo, o foco é a questão do trabalho abstrato e as relações sociais existentes dentro do modo de produção atual, no qual, à classe dominada, só resta a venda da sua força de trabalho para garantir seu salário. Com esse ato, quem detém os meios de produção acaba ficando com a maior parte da riqueza que foi produzida, gerando uma desigualdade entre as classes e os seus conflitos.

## 2.1 Trabalho Fundante

O conceito fundante do “Trabalho” será o ponto de partida, sem alongamentos nessa categoria de Marx, embora seja fundamental compreender esse conceito para que se tenha uma noção da divisão social do trabalho dentro do capitalismo e o que isso gera para o antagonismo de classes no século XXI. Além do mais, é através desse conceito que se tem permissão para refletir e impulsionar uma nova ação humana que transforme as relações de trabalho.

Para Marx e Engels (2004), trabalho é:

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. (MARX; ENGELS, 2004 p. 44, grifos do autor).

O trabalho ocorre de uma ação que necessita diretamente de dois elementos: do Homem e da Natureza. O homem consegue modificar a natureza para produzir os bens necessários para sua existência. Essa atividade é unicamente humana, já que os animais não conseguem modificar a natureza e agem apenas pelo seu instinto. A esse respeito, Marx (1983) afirma:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1983, p. 149-150).

Então, a diferença do trabalho do homem para os demais animais está na sua capacidade de construir mentalmente aquilo que ele deseja e, com o tempo, modificar e adequar essa construção à sua realidade e às novas necessidades que vão surgindo. Dentro de

um processo de relação com a natureza, o homem domina a natureza e a utiliza de acordo com as circunstâncias que lhe convém.

Tonet (2012) apresenta que:

É pelo trabalho que os homens transformam a natureza, adequando-a às suas finalidades e é a partir dele que, ao mesmo tempo, se constroem a si mesmo como seres humanos. Disto decorre que tudo que os homens são, inclusive a sua natureza mais essencial, é resultado da atividade dos próprios homens [...]. Disto decorre, também, o fato de que, por mais que os homens, no seu processo de tornar-se humano, se afastem da natureza, o intercâmbio com ela será necessidade que jamais poderá ser inteiramente suprimida. (TONET, 2012, p. 17).

Para finalizar essa questão do “Trabalho Fundante” - trabalho que produz apenas o valor-de-uso, garantia de sustentação dos homens (BERTOLDO, 2015). Que com o tempo essa lógica foi sendo modificada, já que o trabalho começou a ser utilizado na perspectiva de valor de troca - mercadoria. Trabalho que ocorre na atualidade, o homem não domina apenas a natureza, mas também, acabam dominando os demais homens, membros da mesma sociedade. Ergo, o Trabalho Fundante (relação homem-natureza) acaba trazendo uma nova categoria, a de Trabalho Abstrato. Assim, Lessa (2012) afirma que:

O trabalho [...] é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato. (LESSA, 2012, p. 26).

Nessa relação, o trabalho vai adquirindo outros formatos ao longo do tempo, que vai além da natureza, tornando-se uma relação social de exploração entre os homens também. Como valor de troca dos produtos e sua relação de produção, na qual ocorre a divisão de classe ao longo da história. Analisar essa relação, apenas na lógica do trabalho atual, dentro de duas classes existentes no período contemporâneo: Burguesia, sendo que, “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social e que empregam trabalho assalariado” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) e Proletariado, sendo que, “Por proletariado entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) e de forma a considerar a questão do trabalho abstrato na atualidade e das novas necessidades das camadas dominadas pelo capitalismo.

## 2.2 Trabalho Abstrato

A questão do Trabalho Abstrato, inserido no modo de produção existente e suas contradições que criam, ao longo dos ciclos do capitalismo até chegar, de forma mais direta, à luta de classe produzida dentro das relações de trabalho entre as classes sociais existentes. Nesse primeiro momento, há necessidade de compreender o conceito da categoria “trabalho abstrato”. Para isso, faz-se necessário retomar as palavras de Lessa (2012):

O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. (LESSA, 2012, p. 28).

Destarte, o Trabalho Abstrato é o que gera lucro aos proprietários dos meios de produção (fábricas, indústrias, fazendas, etc...) e uma pequena fatia remunera o proletário, através do salário, o qual é, “o preço de uma determinada mercadoria, a força de trabalho. O salário é, pois determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria” (MARX, 1980, p. 19). Marx explica como se dá essa relação entre capital e trabalho, isto é, como se dá a troca da força de trabalho por trabalho passado. Conforme o processo de produção, onde se distinguem duas fases distintas na essência, embora uma seja condicionada a outra.

A primeira troca entre trabalho e capital é um processo formal, onde o capital se configura em dinheiro e a força de trabalho assume a forma de mercadoria. A venda da força de trabalho ocorre ideal ou juridicamente nesse primeiro processo, embora só se pague o trabalho após a execução, no fim do dia, da semana etc. Essa circunstância em nada altera a transação em que se vende a força de trabalho. O que aí diretamente se vende não é mercadoria em que o trabalho se realizou e sim o uso da própria força de trabalho, de fato portanto o próprio trabalho, pois o uso dessa força é a ação dela, o trabalho. Não se trata assim de troca de trabalho realizada por meio da troca de mercadorias. Se A vende sapatos a B, ambos trocam trabalho, o primeiro, trabalho realizado em sapatos, e o segundo, em dinheiro. Mas, na primeira troca se permuta trabalho materializado na forma social geral, isto é, em dinheiro, por trabalho que até então só existe como poder; e o que é comprado e vendido é o uso desse poder, ou seja, o próprio trabalho, embora o valor da mercadoria vendida não seja o valor do trabalho (uma expressão irracional), mas o valor da força de trabalho. Dá-se, portanto diretamente troca entre trabalho materializado e força de trabalho, que de fato se reduz a trabalho vivo; por conseguinte, entre trabalho materializado e trabalho vivo.

O salário - o valor da força de trabalho - toma por isso a aparência, (...) de preço direto de compra, preço do trabalho. (MARX, 1987, on line).

Assim, cria-se a lógica entre Capital e Trabalho. Onde, “o capital é também uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. Os meios de subsistência, os instrumentos de trabalho, as matérias-primas que constituem o capital foram produzidas e acumuladas em dadas condições sociais [...]” (MARX, 1980, p. 28). Enquanto trabalho está “relacionado ao operário, cujo único recurso é a venda da sua força de trabalho, não pode desligar-se de toda a classe de compradores, isto é, da classe capitalista, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou aquele patrão, mas à classe capitalista e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro da classe burguesa” (MARX, 1980, p. 19).

Para Marx e Engels (2004)

Na divisão do trabalho já está dada, desde o começo, também a divisão das condições de trabalho, dos instrumentos e dos materiais, e, com tal divisão, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e, subsequentemente, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas da propriedade. À medida que a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda a fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação. (MARX; ENGELS, 2004, p. 102).

Nessa divisão social de trabalho perde-se a essência do Trabalho Fundante da criação e da autonomia do homem sobre a natureza tornando o trabalho repetitivo e produzindo a mesma coisa, na lógica do mercado. Com isso, Marx e Engels (2007) afirmam que:

O desenvolvimento das máquinas e a divisão do trabalho, ao levarem o trabalho dos proletários a perder todo o caráter de autonomia, levam também o operário a perder todo o atrativo pelo trabalho. Ele se torna um mero acessório da máquina, exigindo-se dele somente a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Em decorrência, o custo do operário se reduz praticamente ao que lhe custa para manter e para perpetuar sua descendência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 54).

O Trabalho Abstrato acaba agindo de forma oposta de trabalho em si, tornando o proletário um eterno refém das máquinas, não tendo mais o controle da natureza e fazendo um trabalho reprodutivo que não faz parte de sua identidade como ser social, mas lhe garante o mínimo necessário para sobreviver.

Em consonância a isso, para Habermas (2009), essa relação se constituiu pela primeira vez por Hegel, nos manuscritos das Lições de Iena, onde o filósofo, ainda influenciado por seus estudos econômicos, estabelece uma profunda relação entre trabalho e

os processos de interação social, derivando diretamente o segundo do primeiro. Considerações oriundas de suas conclusões em seu artigo “Trabalho e Interação” de 1967, onde considera ser a perspectiva juvenil hegeliana. Segundo Habermas, tal unidade foi estabelecida por Hegel da seguinte forma:

No sistema do trabalho social, estabelece-se a divisão dos processos de trabalho e a troca dos produtos do trabalho. Chega-se assim a uma generalização tanto do trabalho como das necessidades. Pois, o trabalho de cada um é, quanto ao seu conteúdo, algo de geral para as necessidades de todos. O trabalho abstrato produz bens para necessidades abstratas. O bem produzido recebe assim o seu valor abstrato como valor de troca. O dinheiro é o seu conceito existente. A troca de equivalentes é o modelo de comportamento recíproco. A forma institucional da troca é o contrato. Por isso, o contrato é a fixação formal de uma ação prototípica, que se baseia na reciprocidade. (...). A institucionalização da reciprocidade realizada na troca consegue-se pelo fato de a palavra pronunciada adquirir força normativa; a ação complementar é mediada por símbolos que fixam expectativas obrigatórias de comportamento (...). Assim, a relação do recíproco reconhecimento em que se funda a interação é regulamentada por meio da institucionalização da reciprocidade implicada na troca dos produtos do trabalho. (HABERMAS, 2009, p. 33).

Ainda Ivo Tonet (2012), faz uma análise resumida dessa questão do trabalho, dentro dos moldes capitalista:

Quando chegamos, então, na sociedade capitalista, encontramos as relações de trabalho estruturadas sob a forma de trabalho assalariado, de compra-e-venda da força de trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas. É a partir deste ato básico que tem origem um conjunto de categorias, algumas específicas, outras que já existiam antes, mas sofreram uma profunda modificação. Trata-se da mais-valia, do capital, da propriedade privada, do valor-de-troca, do trabalho assalariado, da mercadoria (com seu fetichismo), da divisão social do trabalho, das classes sociais burguesas. Também tem a origem aí a divisão entre a esfera privada e a esfera pública bem como Estado, com todo o seu aparato jurídico-político, para garantir a reprodução desta ordem social. (TONET, 2012, p. 21).

Nessa questão do Capital e dos seus ciclos ao longo da história contemporânea, pode-se entender que para a manutenção de seu *status quo*, a burguesia através do Estado, precariza cada vez mais as condições dos trabalhadores, criando novas formas de contratos, que já não garantem nem o que está na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) - Salário mínimo, férias, adicional de 1/3 de férias, fundo de garantia, licenças médicas, etc. Quicá novas garantias, tornando instáveis, cada vez mais, as relações de trabalho.

Observa-se ainda que tanto os trabalhadores bem qualificados quanto os que possuem menor proteção social estão expostos às alterações na legislação trabalhista, sendo

cada vez mais desfavorecida em diversos âmbitos, tais como, saúde, habitação, transporte, educação. Assim, tanto os trabalhadores bem qualificados com cargos elevados, quanto os trabalhadores informais desqualificados experimentam as tais condições do trabalho precarizado (TOSTA, 2008).

Com a efetivação da globalização dos mercados e o acirramento da internacionalização da concorrência entre empresas houve, por conseguinte, a minimização gradativa tanto da parte dos custos quanto da parte dos trabalhadores efetivos, o que fez crescer tanto a externalização, quanto deslocalização das tarefas de produção das empresas, deslocando-se para zonas cada vez mais baixas de salários, acompanhadas de qualificação também cada vez mais baixas. O que implicou na redução / diminuição do emprego estável e no aumento da uma forma de trabalho volátil / flexiva, com cada vez mais precarização (KOVÁCS, 2003).

A precarização do trabalho consiste sem ser a base central das novas dinâmicas implícitas nas relações entre capital e trabalho, de onde são criadas / estabelecidas novas condições / relações de vulnerabilidade social, “(...) um processo social que modifica as condições do assalariamento (estável) anteriormente hegemônico no período da chamada sociedade salarial ou fordista” (DRUCK, 2011, p. 43).

Esse mecanismo transformou o trabalho no principal fator de ajustamento internacional de competição mercadológica. Daí a efetivação primeiramente da redução drástica, seguido da extinção explícita do emprego estável de tempo integral, em detrimento do aumento exacerbado do emprego volátil / flexível. Evolução implícita da aniquilação do emprego estável em detrimento do emprego flexível, contingente, periférico, implicando em trabalho terceirizado, sobretudo, com “(...) com trabalhadores a tempo parcial, temporariamente contratados e certas categorias dos trabalhadores por conta própria (KOVÁCS, 2003, p.474).

Criou-se aqui o mito da flexibilidade do mercado de trabalho como possibilidade criadora de emprego, por isso que, para os ideólogos do mercado de trabalho flexível:

[...] este é o principal meio para adequar o trabalho aos requerimentos da economia e para disponibilizar para as empresas força de trabalho mais barata, mais produtiva e, por conseguinte, mais competitiva. Nos meios empresariais existe uma forte convicção de que a flexibilidade do emprego e a desregulação do mercado de trabalho são condições indispensáveis para a melhoria da competitividade. Está subjacente a ideia que a proteção institucional do trabalho é incompatível com o imperativo da competitividade e que constitui um anacronismo. O objetivo é transformar o

contrato de trabalho baseado no estatuto do trabalhador que lhe confere um conjunto de direitos em contratos comerciais. (KOVÁCS, 2003, p.474).

Contexto que só deteriorou ainda mais o processo de precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, as condições de instabilidade e as inseguranças, fragmentam ainda mais os coletivos de trabalhadores, esvaziando mais ainda, os conteúdos sociais do trabalho. Nova condição de trabalho que, paulatinamente, “(...) se torna central e hegemônica, antagonizando com outras formas de trabalho e de direitos sociais que ainda permanecem e resistem” (ARAÚJO; MORAIS, 2017, p. 02).

Portanto, a precarização do trabalho, vem sendo uma das consequências mais imputativas para a efetivação da flexibilização do trabalho aos moldes da globalização, o qual preconiza a disseminação de formas de empregos cada vez mais flexíveis, dados por novas formas contratuais, em detrimento do declínio da oferta de empregos estável. Fenômeno que só aumenta a deterioração da qualidade dos postos de trabalho estável. Fazendo com que “(...) o trabalhador distancia-se cada vez mais da possibilidade de se reconhecer no produto de seu esforço laboral; a alienação do trabalho se intensifica” (GONDIM ET AL, 2018, p. 60). Deteriorando cada vez mais a qualidade dos postos de trabalho e, conseqüentemente, aumentando ainda mais as dificuldades de se vislumbrar uma perspectiva de longo prazo para o trabalhador (TOSTA, 2009).

Também se pode afirmar isso através de um dos maiores pesquisadores da Sociologia do Trabalho no Brasil, Ricardo Antunes (1995), que faz a seguinte afirmação nos seus estudos:

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um esboço explicativo para a crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos países capitalistas avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente subproletarização do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial, etc. [...] há um fortíssimo processo de terceirização do trabalho, que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária. (ANTUNES, 1995, p. 149-150).

Pode-se concluir que o trabalho de forma abstrata acaba dentro da reestruturação lógica do capital, no qual a exploração da burguesia sobre o proletariado vai se ampliando e gera cada vez mais-valia para os dominadores.

Há essa altura do texto, vale destacar que Kohan (s. d, p. 11), em seu dicionário básico de categorias marxistas, define o conceito de “mais-valia” como sendo a “fração do valor produzido pela força de trabalho que é apropriada gratuitamente pelo capitalista. Constitui a origem da exploração. Representa um trabalho não pago. É a fonte de vida do capital. É o excedente repartido entre diferentes capitalistas, na forma de juros (para os banqueiros); lucros (empresários industriais) e rendas da terra (proprietários)”.

Utilizando de todo aparato para a manutenção da ordem mantendo seus privilégios e seu *status quo*, ou seja: “[...] a burguesia [...] se apoderou da soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARK; ENGELS, 2007, p. 49). Esse contexto amplia a luta de classe e o antagonismo existente na atualidade.

### 3. Luta de Classe

Esse tópico é de fundamental importância para a compreensão da questão da luta de classe e dos embates que o proletário necessita para conseguir se organizar como classe revolucionária, modificando o modo de produção, sem cair no idealismo histórico, já que como afirma Marx (2008, p. 19): “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

A história não é feita pela vontade individual dos homens, mas sim por uma vontade conjunta, impulsionada por uma situação de condições extremas que faz com que os dominados se organizem coletivamente para a transformação social do que está posto concretamente em um determinado momento. Para Marx e Engels (2007, p. 47), “A história de todas as sociedades até nossos dias é a história de lutas de classes”.

Por conseguinte, Florestan Fernandes (1984), faz a seguinte análise da insurreição proletária:

[...] Quando a guerra civil se torna aberta, a transformação revolucionária se equaciona contra a ordem, envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classe, destituída de dominação do homem pelo homem e de elemento político (portanto, de uma ordem sem sociedade civil e sem Estado). (FERNANDES, 1984, p. 26-27).

A transformação social só ocorre através da luta de classe. Como consequência o eixo da história acaba sendo justamente essa questão, a divisão de classes, que vai se contrapondo devido a seus interesses serem distintos. Chega-se a essa afirmação através da fala de Tonet (2012, p. 19):

Na sociedade de classes, estas forças coletivas são privatizadas e postas a serviço da exploração e da dominação dos que produzem pelos proprietários dos meios de produção. A partir daí toda a história da humanidade, até hoje, tem como eixo – não como causa nem como fator único, mas como eixo – a luta entre as classes. Por sua vez, esta luta, em última análise, tem a ver com o modo de produzir e de repartir a riqueza. Todas as outras dimensões sociais (política, direito, ciência, educação, religião, etc.) serão, de alguma forma, perpassadas por essa luta que se travará entre as classes. (TONET, 2012, p. 19).

Para entender em qual estágio se encontra essa luta dentro do capitalismo atual, faz-se necessário analisar a classe trabalhadora. Nessa conjuntura, verifica-se uma grande fragmentação, já que se amplia o corporativismo das categorias (professores, médicos, metalúrgicos, sapateiros, etc.). A luta de classe para se concretizar de forma clara passa por instituições específicas da organização dos trabalhadores como: sindicatos, centrais sindicais e os partidos proletários revolucionários.

Em relação aos trabalhadores, agentes revolucionários atualmente, encontram-se na seguinte situação no modo de produção vigente:

[...] houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogenização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] (ANTUNES, 1995, p. 41).

Nesse contexto, de precarização dos trabalhadores, cada um luta de forma individual para conseguir garantir a sua sobrevivência. Dessa forma, perde sua identidade de classe e lutam entre si (proletário contra proletário) para conseguir um emprego com condições de trabalho melhor. A consequência disso é que os demais camaradas são deixados de lado. Além disso, a consciência de classe vai se esfurelando ao longo do tempo, já que começa a ser incorporado dentro dos sindicatos um pensamento não mais classista – que considere o conjunto dos trabalhadores -, mas apenas um corporativismo de categoria em específico. A luta se torna pontual (aumento de salário, carga horária menor de tempo de serviço, auxílio

alimentação, etc.) individualista, dificultando, cada vez mais, organizar uma *Greve Geral dos trabalhadores que impulse a luta revolucionária proletária*.

A sociedade, atualmente é dividida em apenas duas classes, seguindo os princípios de Marx e Engels (2007): proletário e a burguesia. Enquanto os proletários vendem a força de trabalho, os burgueses detêm os meios de produção. Ergo, chega-se à conclusão de que o médico, o professor, o engenheiro e as demais categorias que vendem sua força de trabalho são todos proletários. Nessa linha, um grande nome da Educação Física Crítica, Carmo (1985, p. 31) expressa que:

Ora, pode pensar o leitor, como o professor universitário ou os de ensino 1º (fundamental) e 2º grau (médio), o engenheiro, o médico, todos com curso superior e até pós-graduados, podem ser colocados na mesma classe do trabalhador braçal, do metalúrgico, ou do bóia-fria? Parece que a mistura, a nível prático, é difícil de ocorrer; primeiro pelas condições financeiras; segundo, pelo nível de “conhecimento”; terceiro, pela própria aceitação e reconhecimento social das profissões citadas, que foram hierarquizadas historicamente. Porém, o que todos esquecem é que estas profissões se diferenciam apenas objetivamente, porque na forma o trabalho é o mesmo. As mesmas leis que violentam o trabalhador braçal, violentam o médico, o engenheiro e o professor; contudo, devido aos mecanismos utilizados pela dominação, e a concepção de mundo e de classe veiculado ao nível do senso comum, fazem com que seja de maneira diferente indivíduos da mesma classe).

Infelizmente, na atual conjuntura, a classe dominante utiliza-se de todo um mecanismo ideológico, político e social para distanciar e dispersar os trabalhadores de sua organização coletiva, ficando difícil uma organização que pense na luta aberta contra o capital, já que essa luta ficou individual. Como exemplo prático, pode-se analisar nos Colégios Estaduais do Estado do Paraná. Uma análise da conjuntura de luta dos trabalhadores dentro dos colégios e da realidade encontrada para aglutinar todos os educadores dentro de uma mesma luta que por mais justa que seja é corporativista – já que são específicas dos trabalhadores da educação da rede estadual do Paraná - e a fragmentação existente dentro dos colégios estaduais, devido aos diferentes vínculos e contratos de trabalho no Estado.

Começando pelo diretor que é o gestor eleito pela comunidade escolar, tendo seu vínculo como professor ou funcionário de escola efetivo, mas se acha – com raras as exceções - o “chefe do colégio” – o mesmo esquece o seu real papel e pensa ser um cargo de comissão do governo devido ao adicional que recebe no seu contrato de trabalho. Já os professores são divididos entre os QPM’S (professores efetivos), SC02 (aulas extraordinários de quem tem um padrão) e os PSS (professores temporários), cada um com um tipo de vínculo com o

Estado. Além disso, existem os Agentes I (agente de limpeza, merendeira, inspetora de pátio) e os Agentes II (secretário de escola, auxiliar administrativo, operador de biblioteca e operador laboratório de informática e de Química). Esses agentes possuem os seguintes contratos: Quadro Funcionário da Educação Básica (QFEB), Funcionário CLT (CLAD), Paraná Educação (contrato estável, mas, sem carreira) e o PSS (temporário). Por fim, têm-se as Pedagogas (QPM's, SC02 ou PSS), que muitas vezes pensam que estão ali para serem as supervisoras do Estado-Burguês (NAUROSKI, 2014).

Todos esses trabalhadores estão dentro do mesmo colégio, lidando com os mesmos alunos e com a mesma realidade social, pensam no melhor para a comunidade. Mas, ocorre que há uma enorme divisão e, no momento de uma paralisação ou de uma greve, devido aos vínculos serem diferentes, fica difícil a participação de todos. Além disso, por vezes a APP-Sindicato tem sua prática sindical voltada apenas aos interesses dos QPM's (professores e pedagogos efetivos), deixando de lado todos os demais seguimentos dos trabalhadores da Educação, esquecendo que todos são importantes no processo educacional e na formação humana dos educandos.

Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores "estáveis" e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal, etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior que privilegie as esferas intercategorias, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os estáveis até os precários, vinculados a economia informal etc. (ANTUNES, 1995, p. 62).

Nesse contexto atual, a tarefa da classe trabalhadora é sua organização coletiva através das instituições que podem fortalecer sua luta contra hegemônica, conseguindo ampliar o arranjo proletário para que se tenha um Comitê Internacional dos Trabalhadores, para fazer o levante revolucionário proletário colocando em cheque o Capital e a classe burguesa detentora dos meios de produção. Só um programa dos trabalhadores pode unificar a luta de classe. É a que traz para dentro a identidade operária, dessa forma, impulsionando o proletário no século XXI ao poder.

Nesse sentido, afirma Florestan Fernandes:

O campo da luta de classes adquire uma transparência completa e converte-se automaticamente em um campo de luta armada, pela qual a revolução e a contra-revolução metamorfoseiam a guerra civil a frio ou/e a quente em um

prolongamento da política por outros meios. A vitória de uma ou de outra classe depende da relação da revolução e da contrarrevolução com as forças sociais que outras classes podem colocar à disposição da transformação revolucionária ou da defesa contrarrevolucionária da ordem. (FERNANDES, 1984, p. 31).

Qualquer tentativa individual de forma paralela, através das lutas por categoria levará ao reformismo e a “conciliação de classe”.

#### **4. Considerações Finais - Atualidade de Marx e os novos desafios do proletário**

O Trabalho Fundante é uma relação direta do Homem com a Natureza, sendo que o Homem tendo controle da Natureza pode transformá-la de acordo com suas necessidades para garantir sua subsistência. O trabalho é algo específico dos homens, já que os demais animais não têm a capacidade de transformar a natureza, agindo apenas por instinto.

Com o tempo os Homens não têm apenas o controle sobre a Natureza, mas também sob os demais Homens, criando dessa forma mecanismo de exploração, nos mais variados modos de produção. No Capitalismo existe uma nova categoria do trabalho, o Trabalho Abstrato, trabalho que gera a mais valia para quem detém os meios de produção e salário para quem vende a força de trabalho. Nesse contexto, mantendo a exploração de uma classe sobre a outra.

Dessa forma, a luta de classe permanece na atualidade, seja com alguns tentando a conciliação de classe e camuflando essa luta, ou seja, de forma mais transparente e aberta, dependendo da situação política e econômica existente. Nessa luta de classe, surge uma classe revolucionária na atualidade, o Proletariado, capaz de transformar a realidade social. Para isso, faz-se necessária sua organização como classe revolucionária.

Segundo Marx “[...] qualquer reformar social é uma utopia enquanto a revolução proletária e a contrarrevolução burguesa não se medirem pelas armas numa *guerra mundial* (MARX, 1980, p. 16)”. Só a organização coletiva em um partido revolucionário pode impulsionar a luta de classe de forma aberta na atualidade da barbárie capitalista constituída.

#### **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São

Paulo, vol. 20, nº 01, jan./jun. 2017, p. 01-13. Disponível em:  
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v20n1/a01v20n1.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.

BARRADAS, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e Educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Educação física: competência técnica e consciência política em busca de um movimento simétrico**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, vol. 24, nº SPE 01, 2011, p. 37-57. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GONDIM; Andressa Alencar; PINHEIRO; Joana Angélica Marques; MENDES, Camila Fernandes; NEVES, Leticia. O impacto do processo de precarização laboral em serviços de saúde. **Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**. Rio de Janeiro, vol. 21 nº 01, – Jan./Jun. – 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v21n1/v21n1a04.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

HABERMAS, Jürgen. “**Trabalho e Interação**”. In. HABERMAS. Técnica e ciência como “ideologia”. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 11-43.

KOVÁCS, Ilona. Reestruturação empresarial e emprego. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 467-494, jul./dez. 2003. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9761>>. Acesso: 05 set. 2019.

KOHAN, Néstor. **Dicionário básico de categorias em Marx**. S.D: Disponível em:  
<<http://pcb.org.br/porta1/docs1/texto3.pdf>>. Acessado em: 26 set. 2019.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3ª Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. Trad. Olinto Beekerman; São Paulo: Global, 1980.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3 Ed. São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, 1983.

MARX, Karl. **O 18 Brumários de Luís Bonaparte**. Trad. Leandro Konder; São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã: Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista**. Trad. Frank Muller; São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Antônio Carlos Braga; São Paulo: Escala, 2007.

NAUROSKI, Everson Araújo. **Trabalho docente e subjetividade: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná**. 2014, 293f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38054>>. Acesso em 02 set. 2019.

TONET, Ivo. **Sobre o Socialismo**. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. **Antigas e novas formas de precarização do trabalho: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade**. 2008, 270f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/48928469\\_Antigas\\_e\\_novas\\_formas\\_de\\_precarizacao\\_do\\_trabalho\\_O\\_avanco\\_da\\_flexibilizacao\\_entre\\_profissionais\\_de\\_alta\\_escolaridade](https://www.researchgate.net/publication/48928469_Antigas_e_novas_formas_de_precarizacao_do_trabalho_O_avanco_da_flexibilizacao_entre_profissionais_de_alta_escolaridade)>. Acesso em: 04 set. 2019.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. Um novo perfil de precarização do trabalho? In: Anais do GT30 - Precarização, Solidarismo e Políticas do **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=204&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=204&Itemid=170)>. Acesso em: 04 set. 2019.

## SOBRE OS AUTORES

### **Selson Garutti**

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor de Filosofia da Rede do Estado do Paraná (SEED-PR). Membro do Grupo de Pesquisa: (1) Núcleo de Pesquisas em História Religiosa e das Religiões (UEM). (2) Políticas públicas, educação permanente e práticas educacionais na educação de jovens, adultos e idosos (UEPG). E-mail: selsongarutti@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-5348-7842>

### **Rafael Pires Machado**

Especialização em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Paranaense de Ensino do Paraná (IPE-PR). Professor de Educação Física da Rede do Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: rafaelefescolar@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-5779-0977>

Recebido em: 04 de agosto de 2018  
Aprovado em: 13 de agosto de 2019  
Publicado em: 17 de setembro de 2019